



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PAUTA DA 4ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**28/04/2015
TERÇA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente: Senadora Simone Tebet
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota**



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

**4ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/04/2015.**

4ª REUNIÃO

Terça-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RVM 8/2015 - Não Terminativo -		8
2	RVM 9/2015 - Não Terminativo -		10
3	RVM 10/2015 - Não Terminativo -		13
4	RVM 11/2015 - Não Terminativo -		16

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Detalhar as medidas anunciadas no dia 25 de março em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência.	18

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota

(38 titulares e 38 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Simone Tebet(PMDB)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614	1 VAGO	
Rose de Freitas(PMDB)	ES (61) 3303-1156 e 1158	2 VAGO	
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	3 VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105	1 Fátima Bezerra(PT)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Marta Suplicy(PT)	SP (61) 3303-6510	2 Regina Sousa(PT)	PI (61) 3303-9049 e 9050
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Lúcia Vânia(PSDB)	GO (61) 3303-2035/2844	1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	1 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	1 VAGO	
PP			
Ana Amélia	RS (61) 3303 6083	1 VAGO	
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB			
Conceição Sampaio(PP)	AM 3215-5515	1 Cristiane Brasil(PTB)	RJ 3215-5644
Dulce Miranda(PMDB)	TO 3215-5530	2 Josi Nunes(PMDB)	TO 3215-5950
Elcione Barbalho(PMDB)	PA 3215-5919	3 Raquel Muniz(PSC)	MG 3215-5444
Jéssica Sales(PMDB)	AC 3215-5952	4 Rosangela Gomes(PRB)	RJ 3215-5438
Jozí Rocha(PTB)	AP 3215-5309	5 Simone Morgado(PMDB)	PA 3215-5440
Júlia Marinho(PSC)	PA 3215-5707	6 Soraya Santos(PMDB)	RJ 3215-5352
VAGO		7 Delegado Edson Moreira(PTN)(7)	MG 3215-5933
Tia Eron(PTB)(11)	BA 3215-5618	8 VAGO	
Ezequiel Teixeira(SD)(2)	RJ 3215-5210	9 VAGO	
Professora Dorinha Seabra Rezende(DEM)	TO 3215-5432	10 VAGO	
Christiane de Souza Yared(PTN)(7)	PR 3215-5201	11 VAGO	
Iracema Portella(PP)(8)	PI 3215-5924	12 VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB			
Clarissa Garotinho(PR)	RJ 3215-5714	1 José Rocha(PR)	BA 3215-5908
VAGO(12)		2 VAGO(12)	
Erika Kokay(PT)(4)	DF 3215-5203	3 VAGO	
Luizianne Lins(PT)(4)	CE 3215-5713	4 VAGO	
Moema Gramacho(PT)(4)	BA 3215-5576	5 VAGO	
Rogério Rosso(PSD)(5)	DF 3215-5283	6 VAGO	
Alice Portugal(PCdoB)(6)	BA 3215-5420	7 VAGO	
VAGO		8 VAGO	
PSDB, PSB, PPS, PV			
Bruna Furlan(PSDB)	SP 3215-5836	1 Arnaldo Jordy(PPS)	PA 3215-5506
Carmen Zanotto(PPS)	SC 3215-5240	2 VAGO	
Janete Capiberibe(PSB)	AP 3215-5209	3 VAGO	
Keiko Ota(PSB)	SP 3215-5523	4 VAGO	
Shéridan(PSDB)	RR 3215-5246	5 VAGO	
Mariana Carvalho(PSDB)(10)	RO 3215-5508	6 VAGO	
PDT			
Flávia Moraes(9)	GO 3215-5738	1 VAGO	
PSOL			
Jean Wyllys	RJ 3215-5646	1 VAGO	

(1) Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

(2) Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

- (3) Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- (4) Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- (5) Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- (6) Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- (7) Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (8) Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (9) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
- (10) Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- (11) A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- (12) Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:**SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO****TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3504****FAX:****TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:****E-MAIL: cocm@senado.leg.br**



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 28 de abril de 2015
(terça-feira)
às 14h**

PAUTA
4ª Reunião

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM**

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 8, de 2015

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, em cada região brasileira, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, para esclarecimentos e informações das autoridades públicas sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Textos da pauta:

[Texto inicial](#) (CMCVM)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 9, de 2015

Requer, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 24, III e 225, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para apresentação do Programa Ronda Maria da Penha, atualmente executado no estado da Bahia.

Autoria: Deputada Moema Gramacho

Textos da pauta:

[Texto inicial](#) (CMCVM)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 10, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública para discutir violência contra mulheres policiais no Brasil.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CMCVM)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 11, de 2015

Requer, com fundamento no caput do art. 117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD que seja solicitado aos governos das unidades da federação informações sobre se foram atendidas as recomendações contidas no capítulo relativo à situação de enfrentamento à violência contra mulheres nos Estados do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher, aprovado em junho de 2013.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Textos da pauta:[Texto inicial](#) (CMCVM)**2ª PARTE****Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Detalhar as medidas anunciadas no dia 25 de março em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RVM 7/2015](#), Senadora Rose de Freitas

Convidado:**Pepe Vargas**

- Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências, em cada região brasileira, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, para esclarecimentos e informações das autoridades públicas sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas.

Sugiro que para as referidas diligências sejam realizadas nas seguintes regiões:

1. Uma na Região Sul;
2. Duas na Região Nordeste;
3. Uma na Região Centro-Oeste;
4. Uma na Região Norte, na cidade de Manaus; e
5. Uma na Região Sudeste.

JUSTIFICAÇÃO

Os mais de oito anos desde a promulgação da Lei Maria da Penha permitiram notável avanço no combate à violência contra a mulher. Contudo, tal problema ainda continua e requer vigilância permanente.

Em todas as regiões brasileiras, apenas nos primeiros seis meses de 2014, foram registradas milhares de ocorrências de violência contra a mulher.

Dessa forma, impõe-se a esta Comissão o dever de verificar o que vem sendo feito, em cada região brasileira, para combater essa intolerável violência contra a mulher.

Assim, entendo adequada a realização de diligências para ouvir agentes dos estados que auxiliará esta Comissão a melhor compreender o real estado de violência contra a mulher em cada região.

Por tais razões, peço o apoio dos nobres Pares ao Requerimento que ora apresento.

Sala das Sessões, março de 2015.

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB/Amazonas



SF/15265.46304-29

1ª PARTE - DELIBERATIVA

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

REQUERIMENTO Nº 9 DE 2015

(Da Sra. MOEMA GRAMACHO)

Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Programa Ronda Maria da Penha.

Senhora Presidente.

Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 24, inc III e 225, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada reunião de Audiência Pública para apresentação do Programa Ronda Maria da Penha, atualmente executado no estado da Bahia.

Nesse sentido, buscando debater o tema com maior profundidade, convido o secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa; e a secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, Olívia Santana.

JUSTIFICATIVA

Uma ronda de uso exclusivo para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica foi criada pelo governo do Estado da Bahia em agosto de 2014, quando a Lei Maria da Penha (11.340/2006) completou oito anos de vigência.

A Ronda Maria da Penha visa inibir a violência de gênero. O objetivo é garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e sob medida protetiva. A ideia do projeto é prevenir que elas sejam vítimas de novos crimes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A ronda é capitaneada pelas secretarias estaduais de Políticas para as Mulheres (SPM) e Segurança Pública (SSP). Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), Defensoria Pública e as varas especializadas também estão envolvidos na iniciativa.

Dada a relevância da ação, que já obteve resultados positivos em outros estados da federação, formulo o presente requerimento e rogo pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de março de 2015.

Atenciosamente.


MOEMA GRAMACHO
Deputada Federal (PT/BA)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

3

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

(Dep. Keiko Ota)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir violência contra mulheres policiais no Brasil.

Para que o tema possa ser discutido com profundidade convidamos a Sra. Eleonora Menicucci, Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as soldadas da Polícia Militar Sras. Katya Flávia de Caixeta de Queiroz, e Marcela Fonseca Oliveira, vítimas de violência de assédio moral e sexual.

JUSTIFICAÇÃO

O trabalho delas é proteger as pessoas! Mas muitas vezes, são elas que precisam de proteção!

Sra. Presidenta estamos diante de uma denúncia muito graves de violência contra as mulheres brasileiras que não podemos nos silenciar. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentou uma pesquisa com dados sombrios, onde 40% das nossas policias já sofreram assédio sexual ou moral dentro de suas próprias corporações, sendo a maior parte das vezes quem assedia é um superior.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

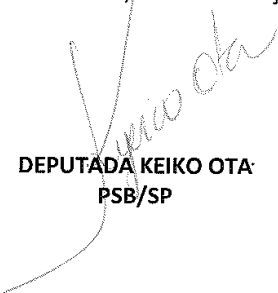
A pesquisa foi feita com mulheres das guardas municipais, pericia criminal, Corpo de Bombeiros e das Policiais Civil, Militar e Federal, e o pior somente 18% das mulheres denunciam que sofreram abuso.

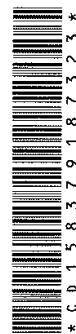
As mulheres reclamam que não existe um setor específico para receber relatos de abusos sexuais e morais. Ao todo 48% das policiais afirmam que não sabem exatamente como denunciar, e 68% das que registraram queixas não ficaram satisfeitas com o desfecho do caso. Elas não têm onde recorrer. Hoje todas as mulheres vítimas de violência recorrem à polícia, a policial está dentro da polícia sofrendo assédio, vai para onde?

Pior ainda, tem denuncia de que Estados brasileiros a própria polícia abafa os casos de assédio, culpam as mulheres, e não culpam os causadores do assédio. Portanto temos que tomar muito cuidado, porque as próprias policiais têm sido vítimas de um crime, e que precisa ser investigado, precisa ser explicitado afirma o pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima.

A vista desses aspectos e dada à relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, de março de 2015.


DEPUTADA KEIKO OTA
PSB/SP



1ª PARTE - DELIBERATIVA

4

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

REQUERIMENTO Nº 11 DE 2015
(Da Sr^a. CARMEN ZANOTTO)

Requer que a Comissão solicite informações aos Estados sobre as recomendações enviadas pela CPMI da Violência contra a Mulher.

Senhora Presidente,

Requeiro, com fundamento no *caput* do art.117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD que seja solicitado aos governos das unidades da federação informações sobre se foram atendidas as recomendações contidas no capítulo relativo à situação de enfrentamento à violência contra mulheres nos estados do Relatório Final da CPMI da Violência contra a Mulher, aprovado em junho de 2013.

JUSTIFICATIVA

Em junho de 2013 foi discutido e aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista da Violência contra Mulher.

No Capítulo relativo à Situação de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres nos Estados, foram apresentadas recomendações.

Importante se faz que os membros da Comissão Mista possam ter conhecimento das ações desenvolvidas pelos estados para atendimento às recomendações.

Para tanto solicito a aprovação do requerimento.


DEPUTADA CARMEN ZANOTTO
PPS-SC



2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1



Gabinete da Senadora Rose de Freitas

REQUERIMENTO Nº 7, 2015 -*Aprovado em
25.03.2015
Jact*

Requeiro, nos termos o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência da Mulher, audiência pública com os ministros ou representantes dos ministérios da Saúde, da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres para detalhar as medidas anunciadas esta quarta-feira (25) em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência. As medidas foram definidas em portarias interministeriais.

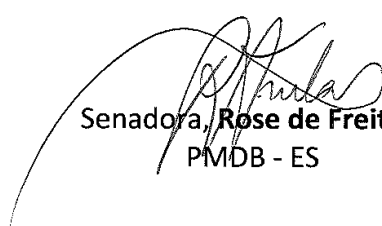
JUSTIFICAÇÃO

A primeira portaria define orientações sobre o atendimento integrado às vítimas de violência doméstica. O objetivo é que o Instituto Médico Legal (IML) passe a considerar a coleta e os exames clínicos do paciente feito no hospital para possíveis processos criminais, evitando que a vítima de violência precise de dupla análise.

A segunda medida institui Grupo de Trabalho de Saúde da Mulher com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que será responsável por garantir atendimento que leve em consideração a peculiaridade de cada paciente e a capacitação de profissionais.

Sala de Sessões,

de 2015



Senadora, **Rose de Freitas.**
PMDB - ES